

Manifestantes acampam na Assembléia Legislativa para acompanhar votação da LDO

Fotos: Daniel Garcia

Por decisão de uma Assembléia Geral realizada no último dia 17, durante manifestação realizada na Assembléia Legislativa (AL) da qual participaram professores, estudantes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp, estará sendo montado um acampamento em frente ao legislativo estadual paulista para acompanhar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 99 (LDO/99).

O acampamento será montado no próximo dia 29, durante a realização de um Ato em frente à Assembléia Legislativa, como forma de pressionar os deputados a aumentar o repasse de verbas para as universidades estaduais paulistas. Atualmente o repasse é de 9,57% da quota-parte do ICMS. As entidades de docentes, funcionários e estudantes exigem que esse índice seja de 11,6%. Existem, no entanto, emendas intermediárias propondo repasse de 10,2% e 10,54%. Num ano eleitoral, avaliam os integrantes do Fórum que congrega docentes e funcionários das três universidades, é possível conseguir o aumento do índice. Tudo depende, no entanto, de mobilização durante a votação da LDO.

Repressão - Durante um Ato em defesa da universidade pública e do aumento da dotação do ICMS realizado dia 17, policiais militares reagiram à tentativa dos manifestantes de ocupar um dos auditórios da Assembléia Legislativa. Quatro estudantes



ficaram feridos e foram levados à enfermaria, onde foram medicados e liberados.

Depois de se concentrarem em frente à AL, os participantes do Ato entraram na Assembléia e tiveram suas bolsas revistadas por policiais que guardavam a entrada. Ao todo havia trinta PMs na porta, além de alguns do batalhão de choque parados na rua em frente à Assembléia.

No interior do prédio, os manifestantes continuaram com suas palavras de ordem e gritos de protesto. Percorreram os corredores e escadas até serem barrados pela PM. Revoltados com a situação, eles queriam ocupar um dos auditórios para discutir com os deputados as mudanças na LDO. Neste momento ocorreu o confronto provocado pela PM.

Vários deputados, dentre eles Maria Ângela (PT), José Baccarin (PT), Jamil Murad (PCdoB), Paulo Teixeira (PT) e César Callegari (PSB) pronunciaram-se favoravelmente a favor da manifestação como forma legítima de pressionar o legislativo estadual a votar pelo aumento. Eles falaram dos problemas enfren-

PMs reprimiram manifestação em defesa da universidade pública, enquanto lideranças das universidades se reuniam com o presidente da Assembléia Legislativa.



tados pelas universidades e da necessidade de aumentar o número de vagas para os estudantes. Disseram ainda que a eleição deste ano deixa os deputados mais sensíveis a pressões populares, o que incentiva protestos como o ocorrido no dia 17.

Professores e alunos também se manifestaram pela melhoria das universidades e do Centro Paula Souza e contra a política de desmonte do ensino público levada a efeito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo governador Mário Covas. Parti-

ciparam da manifestação cerca de 600 pessoas, a maioria estudantes da Unesp.

Naquela mesma tarde, representantes dos docentes, dos funcionários e dos estudantes foram recebidos em audiência pelo presidente da Assembléia Legislativa, deputado Paulo Kobayashi (PSDB). Nada além de uma audiência protocolar, uma vez que a base de apoio ao governador Mário Covas já manifestou a intenção de unicamente manter o repasse de 9,57% para as universidades estaduais.

Educação Física com problemas na renovação de contratos

Conforme veiculado pelo Informativo Adusp nº 32, de abril deste ano, a Congregação da Escola de Educação Física e Esporte, em fevereiro último referendou a decisão do Departamento de Pedagogia do Movimento do Corpo Humano, que, em dezembro do ano passado, não aprovou o estágio probatório referente ao período de 1991-1997 do professor Edison Oyama e reduziu seu regime de trabalho de 40 para 12 horas. Esta decisão foi tomada mesmo o professor Oyama tendo concluído seu mestrado em setembro de 1997 e ter apresentado uma produção acadêmica, em termos de ensino, pesquisa e extensão comprovada e reconhecida pela Universidade de São Paulo.

Ato contínuo ao fato de recorrer dessa decisão da Congregação, o professor Oyama solicitou que fossem anexados ao seu processo: a) cópia do artigo proveniente de seu trabalho de dissertação de mestrado, já publicado em revista especializada na área de Educação Física, b) cópias de três artigos submetidos para publicação em revistas especializadas e c) resumo de trabalho científico aceito para publicação nos

Anais da 50ª Reunião Anual da SBPC (julho de 1998). Assim procedendo, o docente solicitou a reconsideração da deliberação da Congregação da EEFEE. Infelizmente, o referido colegiado não acolheu o recurso do professor Oyama, argumentando que não havia "fatos novos a julgar".

Impõe-se, assim, ressaltar que toda a produção acadêmica apresentada pelo professor, inclusive aquela anexada ao processo a posteriori, só pode ser o resultado e a concretização do trabalho referente ao período de estágio probatório do docente. Acresça-se que nas duas avaliações didáticas realizadas pela Pró-Reitoria de Graduação (em duas disciplinas diferentes), o professor Oyama apresentou desempenho acima da média do departamento, acima da média da EEFEE, e acima da média da USP.

Todos esses fatos levam a crer que pode ter havido certa resistência, por parte da Escola de Educação Física e Esporte em, pelo menos, analisar judiciosamente o caso do professor Oyama, o que parece reforçar a tese da existência (não explicitada publicamente) de algum tipo de indisposição pessoal com o docente.

Congregação da Esalq encaminha representação ao CO

A Congregação da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), reunida dia 4 de junho, aprovou por 31 votos a 9 (4 abstenções e 2 votos nulos) encaminhar representação ao Conselho Universitário (CO) visando resgatar sua autonomia. O CO aprovou a demissão do professor João Rubens Zinsly, da Esalq, acusado em processo de apropriação de gado da universidade que durou cinco anos para ser concluído. Em duas outras ocasiões a Congregação da Esalq manifestou-se contrariamente à punição do docente.

O professor Zinsly está juntando documentos para provar sua inocência na Justiça. Ele, no entanto, está encontrando dificuldades para conseguir cópias das atas do Departamento de Genética da Esalq. Zinsly solicitou estas cópias à diretoria da Esalq, porém o pedido foi encaminhado à Consultoria Jurídica (CJ) da reitoria. Até o fechamento desta edição a CJ não havia se pronunciado. O professor Zinsly tem pressa para entrar com sua defesa e teme que a falta destas atas possa prejudicá-lo.

Greve nas federais

Já dura quase cem dias a greve nas Universidades Federais e cerca de 20 docentes estão em greve de fome na UnB. Segundo o projeto do governo, os aumentos ficarão entre 11,07% e 48,50% (de R\$ 78 a R\$ 234), dependendo da categoria, formação e horas-aula dos docentes. O movimento reivindica reajustes entre 20,40% e 76,34%. Os grevistas conseguiram, no

entanto, que não fosse implantado o Programa de Incentivo à Docência (PID). O Programa era, segundo palavras do reitor da UFSCar, José Rubens Rebellato, "um motor discriminatório de cisão". O ministro Paulo Renato Souza, desgastado pelo prolongamento da greve, afirma que não há mais como progredirem as negociações. Ele afirmou que o governo cedeu o que podia.

Embargadas oito obras na USP

No dia 9 de junho, a Delegacia Regional do Trabalho (DTR) embargou oito obras que, segundo notificação oficial ao Fundusp (Fundo de Construções da USP), apresentam risco à integridade física e à saúde dos trabalhadores. As obras só serão retomadas depois de adequadas às normas de segurança para que sejam evitados acidentes como o que matou Severino Alves de Souza, 44, no último dia 2 de junho, quando desabou parte de um prédio em construção no Bloco A do Instituto de Psicologia.

Segundo o Agente de Inspeção do Trabalho da DRT, Noé

Dias de Azevedo, as obras apresentam problemas semelhantes e relacionados com a condição dos ambientes de trabalho na construção civil. Ele disse que, na maioria dos casos, não havia proteção contra quedas de funcionários nem equipamentos de proteção individual. As obras embargadas são as ampliações dos prédios da Biomédicas, da Fofito e da Sociais, as obras do Hospital Veterinário, a construção da garagem da Odontologia, a construção de um edifício no IPEN e a ampliação do bloco A da Psicologia, tocada pela construtora Built, obra em que morreu Severino.

Resumo do Relatório da Tesouraria - Maio/98

Saldo de Abril:	R\$	940.665,73
Contribuição Sócios	R\$	79.086,30
Repasso Àndes-SN	R\$	15.878,64
Contribuição Líquida	R\$	63.207,66
1. Receitas		
1.2. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$	13.979,19
1.3. Outras receitas variáveis	R\$	6.158,98
Disponível	R\$	1.024.011,56
2. Despesas		
2.1. Pessoal/Encargos Sociais/13º/Férias	R\$	37.933,33
2.2. Assessorias	R\$	3.980,00
2.3. Comunicação	R\$	4.983,16
2.4. Eventos	R\$	10.390,36
2.5. Manutenção da Sede	R\$	4.364,46
2.6. Taxas e Tarifas Bancárias	R\$	920,42
2.7. Outros	R\$	1.618,93
Total Despesas	R\$	64.190,66
Saldo de Maio	R\$	959.820,90
3. Ativo Financeiro		
3.1. Aplicações em RDB + FBN	R\$	951.603,77
3.2. Conta Corrente	R\$	6.517,02
3.3. Caixa Secretaria	R\$	1.700,11
Total do Ativo Financeiro	R\$	959.820,90

ENTREVISTA

Insatisfação com os 3% é geral

*Os professores **Tânia Tomé**, do Departamento de Física Geral, e **Antônio Domingues dos Santos**, do Departamento de Física de Materiais e Mecânica, novos membros do Instituto de Física no CR-Adusp, analisam as perspectivas de atuação durante a gestão e o resultado da negociação da data-base deste ano.*

Vocês acabam de assumir como representantes do Instituto de Física, o CR da Adusp. Quais são as perspectivas de trabalho e atuação?

Tânia – Acho que o trabalho dos antigos representantes da Adusp na Física foi muito bom e eu pretendo dar continuidade. O representante tem de ter um diálogo aberto com os professores e não só convocar para as assembleias. Esse diálogo deve se dar no dia-a-dia, no café, no corredor etc. Além disso, acho importante e pretendo promover uma série de debates sobre o ensino superior público, seus problemas e suas perspectivas, a exemplo do debate que foi realizado na Matemática em 17 de junho, dia da paralisação na USP. Daquele debate participaram pessoas com diferentes posições e que conseguiram exprimir as diversas preocupações com a universidade. Seria importante a participação de professores, mesmo do diretor do Instituto e dos nossos representantes na Capes e no CNPq, para discutir a pesquisa, aspecto muito importante para a Universidade.

**Tânia Tomé**

A. Domingues – Não tenho nenhum plano de alteração em minha forma de trabalho como representante. Acho que tenho uma função e vou tentar desenvolvê-la da melhor maneira possível, sem nenhuma preocupação de alteração no que vinha sendo feito pelos antigos conselheiros.

Quais os principais problemas enfrentados pelos docentes do Instituto de Física?

Tânia – O problema mais sério que temos é o dos professores com contratos precários. O meu departamento, por exemplo, tem cerca de 25 professores, oito deles precários, cinco dos quais com mais de quinze anos de USP. Há muitos anos não se realiza concurso de efetivação no Departamento de Física Geral. Acho que esse é um problema sério e que a Adusp tem de atuar de uma maneira incisiva. Há ainda o problema das bolsas de pesquisa que não estão sendo dadas à pessoas novas que ingressam no Instituto. Nesse ponto o problema mais sério é com os estudantes. As bolsas de pós-graduação do CNPq estão se tornando muito difíceis, então os estudantes recorrem às bolsas

**Antônio Domingues**

da Fapesp para fazer seus mestrados e doutorados no Instituto.

A. Domingues – Do ponto de vista das questões que concernem à Adusp, acho que basicamente é a discussão da estrutura da carreira e a questão dos precários. No meu departamento, Física dos Materiais e Mecânica, os docentes precários são cerca de 50%. Sobre as carreiras, o importante é incluir uma perspectiva de evolução que contemple essa grande parcela de pessoas que estão em condições de pós-doc como precárias. Há ainda o problema das instituições que concedem bolsas frente à instituição interna da universidade. Com muita frequência a universidade se submete às regras vindas dessas instituições financiadoras. Podemos discutir essas regras e precisamos criar os mecanismos para essas discussões. O principal problema do CNPq, por exemplo, é a falta de transparência das regras.

Vocês poderiam avaliar o reajuste de 3% concedido pelo Cruesp e o impacto que ele causou nos docentes do Instituto de Física.

Tânia – Acho que não tem nenhuma pessoa dentro da

universidade que ache razoáveis os 3%. No meu entender, a reitoria deveria deixar bastante claro qual é o seu plano de reposição salarial e por que foram colocados esses 3%. A reitoria tem de dizer exatamente como é que vai ser a reposição salarial e qual é a data em que vai fazer esses aumentos. Isso tem de ficar bastante claro, principalmente para a Adusp. Com relação a atuação dos professores do Instituto na data-base, eles participaram pouco das assembleias setoriais e um pouco mais da Assembléia Geral da Adusp, mas mesmo assim não tão significativamente. Também participaram razoavelmente do debate no dia da paralisação e é por isso que acredito que, aumentando o número de debates, as pessoas vão tomando consciência dos problemas e passam a participar mais ativamente das discussões.

A. Domingues – A minha impressão é de que os docentes esperavam da universidade algo mais do que 3%. Mas elas não tinham muito claro o que exatamente esperavam. Certamente não era esse percentual. Por outro lado, sinto que as pessoas também não estão muito dispostas a se mexer em função deste índice. Não existe a compreensão, hoje, de que alguns por cento a mais eram possíveis. Acho até que as pessoas entendem o índice como não sendo correto, mas essa percepção só vai ficar mais clara dentro de alguns meses. Porém, não é possível prever qual será a atitude das pessoas no futuro e não imagino mudanças de curto prazo.

PROTESTO DE DATA-BASE

Docentes doam livros e realizam debate

Os professores da Universidade de São Paulo realizaram na manhã do dia 4 deste mês, dia da paralisação na USP, um “protesto consciente” e distribuíram 1.200 livros aos alunos da Escola Estadual Daniel Paulo Verano Pontes. Além destes, outros 2.000 exemplares estão sendo encaminhados diretamente às bibliotecas de escolas estaduais e municipais da região do Butantã.

Os docentes da USP decidiram doar um livro por associado da Adusp às escolas da região para manifestar o inconformismo da categoria com o reajuste proposto pelos reitores das universidades estaduais paulistas. Os professores reivindicam um reajuste imediato de 15% e o aumento gradual dos salários até chegar a 25% no mês de novembro deste ano. O reajuste concedido pelos reitores é de apenas 3%. O ato de doação de livros de Monteiro Lobato para alunos de escolas públicas do 1º e do 2º graus em nome de cada associado da Adusp foi elogiado por vários veículos noticiosos, por seu “caráter criativo e cultural”.

Como parte dos protestos realizados dia 4, foi realizado no período da tarde um Ato em Defesa da Universidade Pública no auditório Jacy Monteiro e que contou com a participação dos professores Roberto Romano (Unicamp), Aziz Ab’ Saber (USP), Júlio

Pudles (USP) e João Zanetic (USP). Eles discutiram os problemas da universidade, as formas de combater a crise e a política educacional dos governos estadual e federal.

Roberto Romano criticou o Plano Nacional de Educação (PNE), no qual o governo expõe sua política clara e definida sobre a educação. Segundo Romano, o que ocorre no

país é o desmonte dos cursos de pós-graduação. “A Capes considera, por exemplo, que a formação de doutores já está garantida e é necessário agora formar técnicos e pessoal especializado”. Romano disse ainda que “o governo nomeia claramente nossas universidades de modelos negativos que devem ser modificados. No mesmo momento

que são tirados da Capes e do CNPq R\$ 450 milhões, são investidos 300 milhões nas universidades privadas”.

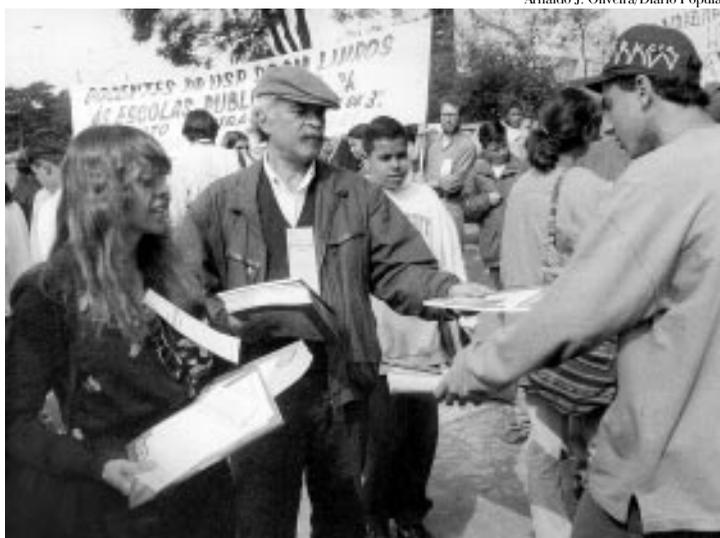
Indignado com as atitudes tomadas pelos “filhos da USP” que comandam o país e levam a cabo uma política de destruição do sistema em que foram formados, o professor Aziz Ab’ Saber afirmou que são traidores da universidade, herméticos a qualquer debate e sem nenhum senso de ética. O professor Júlio Pudles considera que o problema das universidades é mundial e que sua solução está na preservação da qualidade do serviços para que elas seja legitimadas pela sociedade, por isso considera essenciais as reformas internas. “Não podemos proteger os professores que trabalham em tempo integral e não produzem nada”, disse ele.

Para ressaltar a importância da mobilização como forma de avanço na universidade, o professor João Zanetic falou dos vários movimentos e greves que ocorreram na USP desde 1964. Sobre os atos do dia 4 de junho, realizados na universidade, ele afirmou que a luta por melhores salários está inserida na luta pela universidade pública e de qualidade.

O debate sobre o papel das universidades públicas no ensino superior do país mereceu a cobertura dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde.



Daniel Garcia



Arnaldo J. Oliveira/Diário Popular

Os livros de Monteiro Lobato foram bem aceitos pelos alunos da Escola Estadual Daniel Paulo Verano Pontes. Abaixo, Roberto Romano, Aziz Ab’Saber, Jair Borin, João Zanetic e Júlio Pudles em debate sobre a universidade pública.



Daniel Garcia